

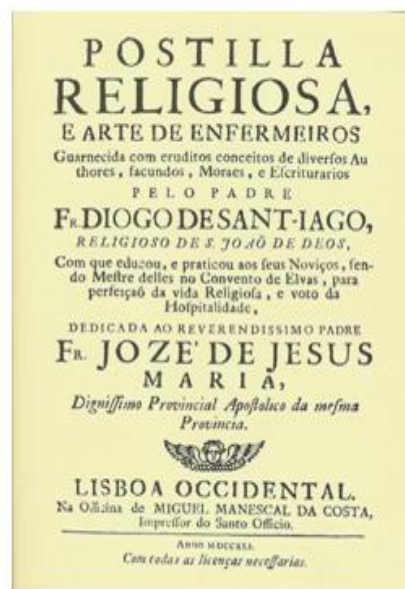
História da Enfermagem em Portugal

Enf.^a Lucília Nunes

Presidente do Conselho de Enfermagem da Ordem dos Enfermeiros

Ao longo dos últimos anos, a Enfermagem em Portugal conheceu uma grande evolução, quer quanto à formação pré-graduada, quer no que respeita ao aumento da complexidade e ao reconhecimento da própria actividade profissional. Existem referências à existência de enfermeiros em Portugal numa data que antecede em 23 anos a formação do próprio país (1143), ou seja, em 1120. Nessa altura, os relatos vindos de outras partes do mundo davam conta que os cuidados de Enfermagem eram prestados por monges e freiras.

O primeiro manual de Enfermagem português – a Postilla Religiosa e arte de enfermeiros – foi descoberto há relativamente poucos anos e data de 1741. O seu autor, Frei Diogo de Santiago, pertenceu à congregação de São João de Deus e testemunha a forte ligação entre a profissão e as confissões religiosas.



Olhar o percurso da História de Enfermagem, em Portugal, também passa por situá-la no cenário do próprio pensamento sobre a História.

A palavra *história* tem uma dualidade referencial: tanto diz respeito à realidade de uma determinada época como ao discurso científico sobre o passado. Em português, como em algumas outras línguas, também tem o sentido de narrativa imaginária. Notemos que a pergunta «**Que é a História?**» é o título de uma conhecida obra de Edward Hallet Carr, cuja resposta, actual, pode ser encontrada em «**Que é a História Hoje?**» um livro coordenado por David Cannadine. Estava-se nos anos 60, quando Carr descreveu «a história como um encontro permanente entre o passado e o presente, no qual as preocupações do estudioso, condicionadas pelo tempo em que vive, têm de ser reconhecidas e apreciadas»¹. O tipo de História que Carr advogou tornou-se muito popular nas universidades da Grã-Bretanha, Europa Ocidental e América do Norte, especialmente nas décadas de 60 e 70. A chamada «**Nova História**» entrara em cena.

Uma série de desenvolvimentos, que Carr não poderia ter previsto, vieram alterar a natureza da investigação histórica – entre esses desenvolvimentos, a revolução da tecnologia da informação, o recurso dos historiadores à antropologia (veja-se Lévi-Strauss), a influência de Foucault e da «viragem linguística» (*linguistic turn*), o desenvolvimento da história das mulheres, da história do género, da história cultural e uma tendência para procurar o significado e a compreensão em detrimento da explicação e das causas.

Na década de 60, a história social estava em franca ascensão – hoje, parece ser a história cultural. A mais relevante das ascensões foi a história das mulheres e a história do género – ou seja, reconhecer que o género pode ser uma categoria de análise e de compreensão históricas não apenas útil, mas fundamental. Tenhamos a noção de que a História de que falamos hoje e os trabalhos que produzimos hoje seriam impensáveis há quarenta anos. Como afirma Cannadine, a expansão da História deu-se no mundo académico e fora dele. Uma «disciplina séria com um poderoso propósito público»² e, ao mesmo tempo, dotada de um reconhecido potencial recreativo e de entretenimento.

Ao chegar aos anos 90, o mundo que existia quando Carr escreveu «Que é a História?» estava em profunda crise, desde o cepticismo quanto à possibilidade de conhecimento histórico até à dúvida quanto à utilidade prática da História. Muitos historiadores viraram-se para a perspectiva linguística e, no início deste século, os teorizadores começaram a organizar conferências especializadas, fundaram revistas (*Rethinking History*) e começou a ser dada ênfase à história cultural, aos aspectos da identidade e à história das mentalidades. Afirma

¹ CANNADINE, David – **Que é a História hoje?** Lisboa: Gradiva, 2006, p. 8.

² Idem, p. 11

Richard Evans³ que o apetite pela história entre o público adulto consumidor de livros, séries televisivas e filmes, pode ter contribuído para dar à História uma tendência ascendente.

A História volta a ser importante na construção das identidades, na valorização da história popular. De entre as sub-disciplinas, relevam-se a história política, a religiosa, a do género e a história intelectual. A «micro-história» foi a tradução mais viva dessa transformação da abordagem histórica baseada no recurso a modelos interacionistas ou etno-metodológicos. Radicalmente diferente da monografia tradicional, a micro-história pretende construir, a partir de uma situação particular, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio das suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objecto da história, portanto, **não são mais** as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjectivo, as relações sociais, **mas antes** as racionalidades e as estratégias accionadas pelas comunidades, as famílias, os indivíduos.

Afirma Chartier que uma forma inédita de história social assim se afirmou, centrada nas distâncias e discordâncias existentes, de um lado, entre os diferentes sistemas de normas de uma sociedade e, de outro, dentro de cada um deles. O olhar desviou-se das regras impostas para suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as decisões permitidas pelos recursos próprios de cada um. Habituada a estabelecer hierarquias e a construir colectivos (categorias sócio-profissionais, classes, grupos), a história das sociedades teve de se atribuir novos objectos, estudados em pequena escala. É o caso da biografia, como escreveu Giovanni Levi⁴.

As reflexões de Michel de Certeau⁵, a grande obra de Paul Ricoeur⁶ e, mais recentemente, a aplicação à história de uma «poética do conhecimento» que tem por objecto, segundo a definição de Jacques Rancière⁷, «o conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso se subtrai à literatura, se atribui um estatuto de ciência e significa isso», obrigaram os historiadores a reconhecer, querendo ou não, que a história pertence ao género da narrativa - entendido no seu sentido aristotélico da «articulação num enredo de acções representadas».

Em *Temps et récit*, Paul Ricoeur mostrou que toda a história, mesmo a menos narrativa, mesmo a mais estrutural, é sempre construída a partir de fórmulas que governam a produção das narrativas. As entidades com que os historiadores lidam (sociedade, classes, mentalidades

³ Idem, p. 29

⁴ Giovanni Levi, **Les usages de la biographie**, Annales ESC, 1989, p. 1325 a 1336 (citação p. 1333-1334).

⁵ Michel de Certeau, **L'Écriture de l'Histoire** (Paris, Gallimard, 1975).

⁶ Paul Ricoeur, **Temps et récit** (Paris, Editions du Seuil, 1983-85, 3 tomos).

⁷ Jacques Rancière, **Les mots de l'histoire. Essai de poétique du savoir** (Paris, Editions du Seuil, 1992), p. 21.

etc.) são «quase personagens», dotadas implicitamente das propriedades dos heróis singulares ou dos indivíduos ordinários que compõem as colectividades que essas categorias abstractas designam.

Dos Estados Unidos, chegou-nos o discurso do «*linguistic turn*»⁸ que, dentro da estrita ortodoxia de Saussure, toma a linguagem como um sistema fechado de signos cujas relações produzem por si só significação. A construção do sentido é separada de qualquer intenção ou controle subjectivos, já que é atribuída a um funcionamento linguístico automático e impessoal. A realidade não mais deve ser pensada como uma referência objectiva, exterior ao discurso, pois que ela é constituída pela e dentro da linguagem. As operações históricas mais vulgares ficam então sem objecto, a começar pelas distinções fundadoras entre texto e contexto, entre realidades sociais e expressões simbólicas, entre discursos e práticas não-discursivas.

Do lado francês⁹, o desafio assumiu o aspecto inverso. Enfatiza-se a liberdade do sujeito, a parte reflectida da acção, as construções conceituais. Ao mesmo tempo, são recusados os procedimentos clássicos da história social que visavam identificar as determinações desconhecidas que comandam os pensamentos e as condutas, e é afirmado o primado do político, entendido como o nível mais abrangente e mais revelador de toda sociedade.

Assim, o objecto fundamental de uma história cujo projecto é reconhecer a maneira como os actores sociais investem de sentido as suas práticas e os seus discursos residiria na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam - mais ou menos fortemente, dependendo de sua posição nas relações de dominação - o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer.

Pensar historicamente as formas e as práticas culturais é portanto necessariamente elucidar as relações alimentadas por essas duas definições – das obras e das práticas. O desenvolvimento da historiografia no último terço do século XX foi significativamente marcado pela viragem antropológica (o chamado *cultural turn*).

A tendência crescente para o estudo histórico de fenómenos culturais — ou para a análise do conteúdo cultural de eventos e processos de sociedades do passado — estimulou a transmigração de métodos e modelos explicativos da antropologia, traduzidos e adaptados na

⁸ John E. Toews, «Intellectual history after the linguistic turn: the autonomy of meaning and the irreducibility of experience»; *American Historical Review*, 92, out 1987, p. 879-907 (citação p. 882).

⁹ Keith Michael Baker, *Inventing the French Revolution: essays on French political culture in the eighteenth century*. (Cambridge, Cambridge University Press, 1990), p. 9 e p. 5.

perspectiva de análises históricas. A aliança com a antropologia — especialmente com a antropologia social e cultural — ampliou o quadro de referências dos historiadores, contribuindo para o esbatimento das fronteiras disciplinares. Em bom rigor, o campo intelectual da chamada Nova História é todo ele constituído por uma ampla e complexa rede de cruzamentos interdisciplinares.

Olhando agora o desenvolvimento dos **estudos de história de Enfermagem em Portugal** – que não deixam de se revelar influenciados pelas correntes do(s) seu(s) tempo(s) – e cientes da diferença entre artigos abordando assuntos e considerando a natureza histórica, percursos histórico em áreas específicas e investigação histórica, propriamente dita, consideramos uma tipologia de três linhas diferentes:

- Obras de **carácter geral**, de que constituem exemplos teses que cobrem um período longo e colocam o eixo de análise numa perspectiva ampla, seguindo traços prismáticos do desenvolvimento da Enfermagem (profissão, ensino, contextos sociopolíticos), como «Da blusa de brim à touca branca: Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950)», de Isabel Soares; «Um Olhar Sobre o Ombro, Enfermagem em Portugal (1881-1998)», de Lucília Nunes; e «Uma biografia partilhada da Enfermagem. A segunda metade do século XX», de José Amendoeira.
- Obras centradas na **história das instituições** (escolas e hospitais) - «60 anos ao serviço da formação em Enfermagem, Subsídios para a História da ESEIC», de Regina Teixeira de Sousa; «Imagens e memórias da Escola Técnica de Enfermeiras 1940-1988», de Beatriz de Mello Corrêa; «Remexendo o baú de um serviço», de Maria Manuela Dias Silva Raposo; «Histórias e memórias da ESEnfCP», da Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto; «30 anos de história 1974-2004», da Escola Superior de Enfermagem de Viseu; e «Escola Superior de Enfermagem de S. João. Recordando o passado, vivenciando o presente, perspectivando o futuro», de Maria Conceição Abrunhosa.
- Obras relativas a uma dada **prática clínica** em contexto específico - «Ajudar a nascer parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (século XV-XX)», de Marinha Carneiro; e «Dos postos de protecção à infância aos dispensários materno-infantis», de Maria Helena Racha da Silva.

Hoje, em Portugal, existem unidades de investigação que colocam a história, entre as suas linhas de pesquisa e diversos estudos de Doutoramento, em curso, associados a representações históricas da profissão, história de género, e cruzando aspectos da história e da sociologia das profissões.

O desafio de trazer a metodologia histórica para aplicação ao percurso da enfermagem transforma-se em explorar as raízes da nossa identidade, construídas com método e divulgadas no presente, em que inscrevemos a nossa acção. E podemos usar todos os materiais, fontes primárias, selos, testemunhos, fotografias, acervos documentais, arquivos, filmes.

O interesse da história decorre da pergunta primordial do conhecimento acerca de quem somos e de onde viemos - e isto (re)envia-nos a uma pesquisa da memória. Sem memória não existimos porque também não podemos lembrar-nos o que aconteceu. Portanto é necessário conservar o evento e, para a narrativa, dar-lhe um sentido. Sem a visão do passado e dos caminhos percorridos, não podemos segurar uma identidade profissional; ademais, o conhecimento do passado alicerça um olhar mais sustentado em direcção ao futuro.